

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE DA SILVA DE MELO
OUVIDOR GERAL

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 030/12

DEPUTADO FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - Presidente

DEPUTADA AURELINA MEDEIROS

DEPUTADO GABRIEL PICANÇO

DEPUTADA ÂNGELA ÁGUIDA PORTELLA

DEPUTADO GEORGE MELO

DEPUTADO BRITO BEZERRA

DEPUTADO JOAQUIM RUIZ

DEPUTADO CÉLIO WANDERLEY

DEPUTADO MARCELO CABRAL

DEPUTADO DHIEGO COELHO

DEPUTADO MECIAS DE JESUS

DEPUTADO ERCI DE MORAES

DEPUTADO NALDO DA LOTERIAL

DEPUTADO FLAMARION PORTELA

DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro
Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

EXPEDIENTE

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

Atos Administrativos

Ata da 601ª Sessão Extraordinária - Sucinta	2
Ata da 602ª Sessão Extraordinária - Sucinta	2
Ata da 603ª Sessão Extraordinária - Sucinta	2
Ata da 604ª Sessão Extraordinária - Sucinta	2
Ata da 605ª Sessão Extraordinária - Sucinta	3
Ata da 2163ª Sessão Ordinária na Íntegra	3

SUMÁRIO

ATASPLENÁRIO-EXTRAORDINÁRIA
ATA DA SEXCENTÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às onze horas, do dia vinte e seis de dezembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a sexcentésima primeira Sessão Extraordinária do quadragésimo quarto período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente Deputado Chico Guerra, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Jalser Renier, proceder à leitura de Requerimento s/nº, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo a realização de Sessão Extraordinária no dia 26 de dezembro, às onze horas, para discussão e votação, em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 011/12, que “Altera dispositivos e anexos nº 142 de 29 de dezembro de 2008, alterada pelas Leis Complementares 175/11, de 26/01/11, 177/11, de 05/05/11, 189/11, de 02/12/11 e Lei Complementar nº 195/11, de 22/03/12”, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima; do Projeto de Lei Complementar nº 013/12, que “Altera redação do artigo 87 caput da lei Complementar Estadual nº 006/94, Lei Orgânica do Tribunal de Contas”, de autoria do Tribunal de Contas do Estado; e da Proposta de Emenda Constitucional nº 006/12, que “Altera e revoga dispositivos normativos das emendas constitucionais nº 012, de 06 de maio de 2008 e nº 030, de 23 de outubro de 2012”, de autoria de vários Deputados. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 011/12. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado em segundo turno. Após, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 013/12. Colocado em discussão e votação o Projeto foi aprovado em segundo turno com emendas. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Proposta de Emenda Constitucional nº 006/12. Colocada em discussão e votação, a matéria foi aprovada em segundo turno. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente, declarou encerrada a Sessão. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela À. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Diego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 26/12/12

ATA DA SEXCENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às doze horas, do dia vinte e seis de dezembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a sexcentésima segunda Sessão Extraordinária do quadragésimo quarto período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente Deputado Chico Guerra, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Jalser Renier, proceder à leitura de Requerimento s/nº, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo a realização de Sessão Extraordinária no dia 26 de dezembro, às doze horas, para discussão e votação, em turno único do Projeto de Lei nº 053/12, que “Dispõe sobre o reconhecimento, no Estado de Roraima de Diplomas de Pós Graduação e Stricto Sensu (mestrado e doutorado) e expedidos em outros países e dá outras providências”, de autoria do Deputado Joaquim Ruiz; do Projeto de Lei nº 096/11, que “Institui programa estadual de fortalecimento da atenção básica de saúde” de autoria do Deputado Rodrigo Jucá; do Projeto de Lei nº 065/11, que “Dispõe sobre a instalação de câmeras de segurança nas escolas públicas do Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Naldo da Loteria; do Projeto de Decreto Legislativo nº 013/11, que “Concede a Comenda Orgulho de Roraima ao 2º Batalhão da Polícia Militar/RR, e da outras providências”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, e em primeiro turno do

Projeto de Lei Complementar nº 015/12, que “Altera o subsídio mensal dos membros do Ministério Público de Roraima conforme a Constituição Federal, e dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 03/94, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima”, de autoria do Ministério Público. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 053/12. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado. Após, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 096/11. Colocado em discussão e votação o Projeto foi aprovado. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 065/11. Colocado em discussão e votação o Projeto foi aprovado. Dando continuidade, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 013/11. Colocado em discussão e votação o Projeto foi aprovado. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 015/12. Colocado em discussão e votação o Projeto foi aprovado em primeiro turno. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente, declarou encerrada a Sessão. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela À. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Diego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 27/12/12

ATA DA SEXCENTÉSIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às quinze horas, do dia vinte e sete de dezembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a sexcentésima terceira Sessão Extraordinária do quadragésimo quarto período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente Deputado Chico Guerra, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Jalser Renier, proceder à leitura de Requerimento nº 059/12, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo a realização de Sessão Extraordinária no dia 27 de dezembro, às quinze horas, para discussão e votação, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 013/12, que “Dispõe sobre aprovação do nome do Doutor Paulo Sérgio Oliveira, indicado para exercer o cargo de Procurador-Geral de Contas do Estado de Roraima, nos termos do artigo 33, inciso XVIII, da Constituição do Estado de Roraima”. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 013/12. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente, declarou encerrada a Sessão. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela À. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Diego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 27/12/12

ATA DA SEXCENTÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às Dezoito horas, do dia vinte e sete de dezembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a sexcentésima quarta Sessão Extraordinária do quadragésimo quarto período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo

quorum regimental, o Senhor Presidente Deputado Chico Guerra, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Jalser Renier, proceder à leitura de Requerimento 060/12, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo a realização de Sessão Extraordinária no dia vinte e sete de dezembro, às doze horas, para discussão e votação, em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 006/12 que “Cria a gratificação por encargos de curso no âmbito do Poder Judiciário”, de autoria do Tribunal de Justiça; Projeto de Lei Complementar nº 012/12 que “Dispõe sobre a organização, as atribuições e o Estatuto do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima” de autoria do Ministério Público de Contas; Projeto de Lei Complementar nº 016/12 que “Altera o artigo 2º da Lei Complementar nº 166, de 16 de junho de 2010, que institui a carreira e o cargo de agente penitenciário e dá outras providências” e em Segundo Turno as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 015/12, que “Altera o subsídio mensal dos membros do Ministério Público de Roraima conforme a Constituição Federal, e dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 03/94, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima”, de autoria do Ministério Público. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 06/12. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado. Após, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 012/12. Colocado em discussão e votação o Projeto foi aprovado. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 016/12. Colocado em discussão e votação o Projeto foi aprovado. Dando continuidade, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 015/12. Colocado em discussão e votação o Projeto foi aprovado. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente, declarou encerrada a Sessão. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela À. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Diego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 28/12/12

ATA DA SEXCENTÉSIMA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às onze horas, do dia vinte e oito de dezembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a sexcentésima quinta Sessão Extraordinária do quadragésimo quarto período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente Deputado Chico Guerra, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Jalser Renier, proceder à leitura de Requerimento nº 061, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo a realização de Sessão Extraordinária no dia 28 de dezembro, às onze horas, para discussão e votação, em turno único do Projeto de Lei nº 064/12, que “Altera a lei nº 837, de 17 de janeiro de 2012, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA – quadriênio 2012-2015”; Projeto de Resolução legislativa nº 011/12, que Dispõe sobre a Reorganização da Estrutura Administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e dá outras providências”, Projeto de Resolução Legislativa nº 013/12 que “Dispõe sobre reposição salarial dos servidores do Poder Legislativo Estadual para o exercício financeiro de 2013 nos termos do art. 37, inciso X da Constituição Federal de 1988 e dá outras providências”, e em segundo turno de Projeto de Lei Complementar nº 006/12 que “Cria a gratificação por encargo de curso no âmbito do Poder Judiciário”, de autoria do Tribunal de Justiça; Projeto de Lei Complementar nº 012/12 que “Dispõe sobre a organização, as atribuições e o Estatuto do Ministério Público do Estado de Roraima” de autoria do Ministério Público de Contas; Projeto de Lei Complementar nº 016/12 que “Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 166, de 16 de julho de 2010, que institui a carreira e o cargo de

agente penitenciário e dá outras providências”. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Em seguida, o Senhor Presidente, suspendeu a Sessão para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final pudesse emitir Parecer aos Projetos de Resolução Legislativa nºs 011/12, 012/12, 013/12. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente reabriu a Sessão, solicitando ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 064/12. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado em turno único. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura Projeto de Resolução legislativa nº 011/12. Colocado em discussão e votação o Projeto foi aprovado em turno único. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 013/12. Colocada em discussão e votação, o Projeto foi aprovado em turno único. Prosseguindo, o Senhor Presidente, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder a leitura de Projeto de Lei Complementar nº 006/12. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado em segundo turno. Após, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder a leitura de Projeto de Lei Complementar nº 012/12. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado em segundo turno. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder a leitura de Projeto de Lei Complementar nº 016/12. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado em segundo turno. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente, declarou encerrada a Sessão. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela À. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Jalser Renier, Jean Frank Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 28/12/12

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

**ATA DA 2163ª SESSÃO, EM 29 DE NOVEMBRO 2012.
44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

Às nove horas do dia vinte e nove de novembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima nonagésima Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Informo aos Senhores Deputados a presença, em Plenário, do Deputado Estadual do Estado de Goiás pelo PSC, Carlos Antônio de Sousa Costa, Presidente da Comissão da Criança e Adolescência de Goiás e Presidente da frente Nacional legislativa em Defesa da Criança e do Adolescente. Convido-o para fazer parte da Mesa dos Trabalhos.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o expediente consta do seguinte.

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO

-Mensagem Governamental nº 050/12, de 28/11/12, comunicando o veto totalmente do Projeto de Lei nº 011/12, que

“Proíbe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de doentes em hospitais ou clínicas da rede privada no Estado de Roraima, nas hipóteses que especifica”, de autoria do Deputado Brito Bezerra.

-Mensagem Governamental nº 051/12, de 28/11/12, comunicando veto total do Projeto de Lei nº 052, que “Dispõe sobre a cobrança de serviços médicos e de saúde, prestados pelo Estado de Roraima, e dá outras providências”.

-Mensagem Governamental nº 052/12, de 28/11/12, comunicando veto total do Projeto de Lei nº 086/2011, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas terceirizadas vencedoras de licitações públicas, no âmbito do Estado de Roraima, a reservarem, no mínimo, 3% do total de vagas existentes na contratação de obras e de serviços aos sentenciados, e dá providências”.

-Mensagem Governamental nº 053/12, de 28/11/12, encaminhando à elevada deliberação o Projeto de Lei que “Aprova a prorrogação do prazo de duração da Secretaria de Estado extraordinária para assuntos Internacionais – SEAI”

RECEBIDO DOS DEPUTADOS

-Ofício nº 022/12, de 28/11/12, do Deputado FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA, comunicando sua ausência na sessão ordinária do dia 28 /11/12.

DIVERSOS

-Ofício Circular Externo nº 50/12, de 17/08/12, da Secretaria Nacional de Assistente Social, comunicando a transferência de recurso do Fundo Estadual de Assistência Social.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Procedida à chamada.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael – Senhoras e Senhores, bom-dia, ao fazer uso desta Tribuna, pretendi apresentar alguns dados, mas resolvi mudar o meu discurso com relação a denúncias que recebi em meu gabinete. E mais uma vez eu digo que, em Roraima, por ser um Estado pequeno, ninguém quer dar cara à tapa, pelo fato de as pessoas não terem envolvimento político, mas algum parente seu ter algum tipo de envolvimento. E as pessoas que recebi ontem meu gabinete vieram me trazer um problema, mas como o tempo foi curto, de ontem para hoje, as informações que tenho são extraoficiais, mais uma vez um calote do Governo, sobre alunos da Faculdade Estácio Atual, estão preocupados por estarem sendo chamados, porque há mais de um ano o Governo não paga a faculdade. Essas pessoas são bolsistas que foram cadastrado em 2009 e 2010, como houve um calote, a atual Secretária da SETRABES, Fernanda, me disse que eles tinham feito um pacote para renovar a matrícula dessas pessoas no ano passado. Infelizmente a inadimplência é tão grande que a faculdade já se manifestou e não vai aceitar qualquer tipo de renovação se não houver o pagamento. As pessoas que eu recebi foram apenas as da Faculdade Atual, mas há informação também que na FARES, na Faculdade Cathedral também há essa inadimplência. Essas pessoas me procuraram porque estão inseguras porque têm os concursos públicos e, infelizmente, a dívida não é do Governo, porque fez essas pessoas fazerem as suas matrículas, e estarem lá estudando, mas essa dívida vai ser cobrada delas.

Eu vou procurar o Ministério Público para, juntos, apurarmos. Não se consegue informação nem quando é da base aliada, imaginem os da oposição. Peço apoio ao deputado Joaquim Ruiz, que é da Comissão de Educação, se for o caso para termos informação, gostaria de pedir também ao deputado Célio Wanderley e ao Vice-Líder do Governo deputado Xingú que procurem saber quais providências o Governo irá tomar para que essa situação não permaneça.

Quero aproveitar, já que as nossas Sessões serão curtas até o recesso, para fazer um pequeno comentário com base no anúncio do Governador na construção e asfaltamento numa vicinal que liga Bonfim à Vila São Francisco. Deputado Flamarion que foi Governador conhece e anda nos finais de semana junto com a Senadora naquela região do Manauá, onde de um lado para o outro, não vemos muitos produtores, se vê muito lavrado. E eu sou a favor da construção das estradas, completamente a favor do desenvolvimento, mas enquanto o Governador anuncia, como se fosse a obra mais fundamental do Estado ele deveria ir, como fui ontem no HGR me deparei com pessoas que deveriam estar na UTI junto do grande trauma, junto, encontrei um amigo e perguntei o que estava fazendo. “Respondeu que iria ser operado. Mas era a sexta vez que foi ali, devido à falta de leito no hospital”. Tenho certeza, se o Governador andasse não só nas solenidades com os seus assessores para ouvir baterem palmas para

tudo que ele fala, que, também, andasse pelo Estado, onde a população, em vez de asfalto, iria pedir mais investimento na saúde. Por exemplo, o Hospital Geral foi construído para a década de 90, quando o nosso Estado tinha em torno de 180 mil habitantes, hoje, já estamos próximo a 500 mil, enquanto o hospital continua com a mesma infraestrutura, ou para pior. É lamentável, Deputado Gabriel.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Marcelo, quanto ao problema do FUNDEB que Vossa Excelência, na semana passada, abordou, estive conversando com a Secretária de Educação que está com a documentação à sua disposição, e faz questão de recebê-lo pessoalmente para passar todas as informações que Vossa Excelência solicitou. Seria oportuno o Senhor levar também a proposta sobre a bolsa universitária para que ela também apresente documentação que o Senhor está pedindo. Então, estou aguardando o Senhor entrar em contato comigo, como Presidente da Comissão de Educação, para marcar o atendimento seu com a nossa Secretária. Obrigado.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael continua. - Obrigado, Deputado Joaquim. A respeito da bolsa universitária, eu acho que ela não tem muito a esclarecer, pois quem firmou esse projeto faz parte do SETRABES. Mas, agradeço a boa vontade, e vamos fazer essa visita para que nos esclareça. No momento em que ocupar a tribuna, possamos dizer se, as informações que me foram passadas, eram verdadeiras ou não.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Obrigado, Deputado Marcelo, concordo com o seu pronunciamento, digo que o Governo do Estado, com relação aos demais governadores que passaram pelo estado, com certeza, é o maior caloteiro. Essa questão do bolsa universitária, quem não lembra, constava no programa eleitoral do atual governador, nos palanques, nos comícios. Enfim, os programas, como a bolsa universitária, que não era promessa, era compromisso. Mas estão aí os alunos, hoje, se formando sem poder ter o seu diploma porque o governo está inadimplente com as faculdades. Esses jovens só cursaram a faculdade porque acreditaram que o governo iria honrar o compromisso de pagar, custear, de investir na qualificação profissional dos cidadãos roraimenses. Aí, quanto ao pré-custeio, que não é diferente, quantos agricultores foram beneficiados, inclusive, o Governador perdeu na capital e ganhou no interior do Estado, pela promessa de elevar o pré-custeio para 1.500 reais. E, de lá para cá, desconheço algum agricultor ter recebido o seu pré-custeio, pelo contrário, tem recebido é a falta de apoio como um todo para desenvolver a agricultura. Estão abandonados os nossos produtores na zona rural. Isso é fato, quando recebe é um calcário fora de época. Quanto ao calcário, às vezes, o trabalhador nem precisa, sementes que não produzem, que não germinam. Recentemente, recebi um agricultor, dizendo que recebeu 3 mudas de laranja, o que significam três mudas de uma planta para o desenvolvimento da agricultura no nosso Estado? Aí, nós vamos para a questão do vale-solidário, o Governador, várias vezes, foi para televisão dizer que iria elevar o valor do vale-solidário para 150 reais. Mais um calote, elevou para 120, e teve que reduzir a metade das famílias. Se a gente for enumerar a quantidade de calote que o Governador deu na sociedade para ganhar as eleições, serão várias, vamos passar o dia todo em torno dessa discussão. Então, é preocupante. Estou aguardando, ainda. Publicamos na Folha de Boa Vista, fiz questão de pagar a matéria, também no Roraisul um quadro demonstrativo das finanças do Governo. Fiz questão de colocar número por número, fui até agressivo com o Governo do Estado, tentando provocar sua reação para que ele viesse a público desmentir esses números. Porém, até o presente momento, Deputado Marcelo, não ouvi líder do Governo, Assessor de comunicação do Governador, Secretário da Fazenda, nem mesmo o próprio Governador dizer à sociedade que a oposição está mentindo, que a situação financeira do Estado está caótica mesmo, que não estão arrecadando como estava previsto. Ficaram quietinhos, não se manifestaram, ou seja, parece que estamos em outro....

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Quero apenas lembrar que o aparte regimental é de apenas 02 minutos.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. - Obrigado, Presidente Deputado Marcelo, me solidarizo com a sua preocupação, com relação à situação dos universitários que estão concluindo o seu curso. Vamos nos propor a buscar na justiça para garantir esses direitos a essas pessoas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Coronel Chagas – Deputado Marcelo, seus pronunciamentos são sempre sobre pontos importantes mas, me permita discordar apenas de uma parte do vosso pronunciamento tocante à comparação que Vossa Excelência

estabeleceu entre prioridades e investimentos, e que citou a região de São Francisco, onde o governo do Estado, dentro de uma política estratégica de recuperar e asfaltar as nossas rodovias, sendo o único governador deste Estado que está asfaltando vicinais com a visão de futuro. Permita-me discordar no tocante à questão da importância daquela região para o município de Bonfim e para o estado de Roraima. A região da Vila São Francisco é produtora, se não a maior produtora de farinha do Estado, é uma das maiores produtoras leiteiras, pecuária também é importante para economia deste Estado. É uma região com mais de cinco mil habitantes. O asfalto que vai sair do quilômetro 27 da BR até a Vila São Francisco, são pouco mais de 45 quilômetros e que vai passar por uma série de comunidades. Cito, como exemplo, o entrocamento do assentamento Renascer, Vila Nova Esperança, Alto Arraia, além de beneficiar diretamente as comunidades indígenas do Moscou, Pium, Manuá e fazer praticamente 50% do asfaltamento da estrada que liga a região de Vilhena, região também de grande importância econômica para o Estado.

Com todo respeito, me permita discordar com essa comparação, até porque saúde, é uma área que tem recursos específicos carimbados e investimento em infraestrutura é outra área que tem outros recursos, com outras fontes, e nos demais, me solidarizar com Vossa Excelência quanto à questão aos bolsistas, situação que realmente, precisamos olhar com bastante atenção.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael continua. - Agradeço os apertes de Vossa Excelência e Deputado Sampaio. O Senhor colocou uma observação importante, não que eu não esteja a favor ou que eu discorde, pelo contrário, sou a favor do desenvolvimento, só tenho a convicção de que o governo do Estado trabalha com prioridades que não refletem o anseio da sociedade.

Deputado Sampaio, Vossa Excelência colocou, mais uma vez, sobre a questão dos recursos, e nós estamos na finalização do orçamento e, mais uma vez, por falar em prioridades, Deputado Chagas, o governo tem tantas Secretarias Extraordinárias que, na semana passada, informei aqui que estou fazendo um levantamento. Mas, antes de apresentar os gastos dessas secretarias, faço uma observação: Roraima tem 15 municípios, enquanto o Estado do Paraná tem 399, lá eles não têm o que a gente tem aqui; uma Secretaria Extraordinária de Articulação, o Estado também tem uma Secretaria Extraordinária de Assuntos internacionais para resolver o quê? Porque quanto a competência dessa Secretaria, eles não têm autonomia de nada, porque só o Congresso Nacional, só a receita federal, o Ministério da Defesa têm competência para tratar de assuntos de relações internacionais. Vou dizer o que ele fazem. Seminários, ou aqui na Guiana, ou na Venezuela, viagens para Europa, para participar de seminários. Na prática, uma Secretaria dessas não tem função alguma. Como é que um Estado com apenas 15 municípios, vai precisar de Secretário Extraordinário para saber qual o problema do Alto Alegre, que Vossa Excelência coloca, Deputado Chicão, junto aos Secretários de Obras, de Saúde. Qual a necessidade dessas secretarias? Qual a necessidade da Secretaria Extraordinária da Promoção Humana? Fazer a mesma função da SETRABES? Ter duas secretarias para a mesma função? Então, infelizmente, ao colega de Goiás que está fazendo parte da Mesa, se procurar saber como é aqui em Roraima, vai sair daqui surpreso, achando que veio para um circo, sob a administração do atual Governo, e o Estado do jeito que está!

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Obrigado, Deputado. Quero ser solidário ao seu pronunciamento, Deputado Marcelo, sobre a bolsa, em relação a qual, realmente, os alunos sentem dificuldade, muitos já estão sendo prejudicados, já com ameaças de não assistir aula. Também, sou solidário ao seu pronunciamento quanto ao asfaltamento da estrada RR que vai para a Vila São Francisco, ali há uma desproporção. Para a BR 210, foi contratado para fazer 60 quilômetros que atenderia três municípios, são 30 mil habitantes nesses municípios. O Governo do Estado, depois das eleições de 2010, simplesmente, rescindiu o contrato, e a empresa está lá jogada, ao invés de ele pegar esses recursos e empregá-los na 210 que iria beneficiar 03 municípios, mas vai para a Vila São Francisco, onde vai beneficiar 2 ou 3 mil pessoas. Isso é descompromisso do Estado. Lá é uma rodovia que transporta do Jatapú ao 500 para levar produto para Manaus e também para Boa Vista. Então, acho que isso é falta de compromisso do Estado, de não atender as prioridades. E outra situação que aconteceu. Recentemente, aprovado nesta Casa um empréstimo de trezentos e poucos milhões para o Estado. A saúde foi contemplada 40 milhões. Mas já fomos informados extraoficialmente que foram cortados 15 milhões desses 40 milhões. Então sou solidário

ao seu pronunciamento, conte com a gente, estamos aí para cobrar do Estado, do Governador para que ele cumpra com seus compromissos. Quando encaminha projeto para a Assembleia, ele tem que cumprir o que ele mandou, não depois de aprovado, e ele está fazendo remanejamento, cortando e enganando mais uma vez até o parlamento.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael – Obrigado pelo aparte, Deputado Gabriel, Vossa Excelência tem conhecimento desses 15 milhões que foram cortados extraoficialmente, onde foram colocados, se saíram da saúde? Com certeza foram para a infraestrutura para construção de estrada, por ser ex-empregado o Governador ou, quem sabe, o atual empregado tenha bons olhos para construção de estrada, parece que é o que ele mais gosta.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jânio Xingú – Infelizmente, eu tenho que concordar com Vossa Excelência. Sou aquele Deputado que mais defendeu o governo aqui na época em que ele era cassado a cada dois dias, cheguei a ficar só nesta Tribuna, nos momentos mais difíceis do governo, onde o governador nem mandato tinha por estar cassado. A maioria dos Deputados, aqui, não porque não acreditava no governador, mas ninguém se expôs mais em favor do governador do Estado do que o Deputado Xingú, isso é público. O governo acabou, agora é desgoverno, ninguém respeita ninguém, parece que o Poder Legislativo não existe, acabou. Nós estamos aqui apenas cumprindo a meta de homologar, não se discute mais, parece até que a Assembleia Legislativa não se manifesta, ou por medo ou eu não sei porque mais não tem se manifestado. Secretário não recebe Deputado, Secretário não está nem aí para Deputado. Esse é o espelho do governo, isso precisa ser mudado rapidamente. Eu sou vice-líder do governo porque ele me convidou. O líder é o Célio Wanderley, mas nos próximos dias vou conversar com o governador, se ele me convidar, porque lá eu não vou se ele não me convidar. Mas, do jeito que está, da forma como a Casa Civil trata os Deputados da base, eu sou de falar o nome, da forma como o Sérgio Pillon, Chefe da Casa Civil, trata os Deputados da base, que não os recebe, só recebe por telefone quando é projeto de interesse do governo, quando não é o telefone sempre está desligado. Não dá para continuar assim. Infelizmente, eu tenho que concordar com Vossa Excelência. Obrigado.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael continua – Quero, Deputado Xingú, lhe parabenizar pela coragem, eu acho que o vice líder do governo...

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Deputado, o Senhor tem dois minutos para concluir seu pronunciamento. Quanto ao aparte do Deputado Xingú, gostaria de dizer que este Poder é independente. Cada Deputado tem seu posicionamento e deverá fazê-lo sempre que assim achar necessário referente a qualquer assunto que seja trazido a esta Casa.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael continua – Deputado Xingú, parabeno Vossa Excelência pela coragem, a respeito do descaso do governo. O aparte do nobre colega é o reflexo do que estou falando, eu ouvi do vice-líder do governo que o atual governo é um desgoverno. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, público aqui presente, meu cordial bom-dia. Parabeno o Deputado Xingú, Deputado da base do governo que agora reconheceu que estamos vivendo um estado de desgoverno, colocou o seu posicionamento. A oposição, Deputado Xingú, está de braços abertos para recebê-lo, será uma satisfação enorme recebê-lo na oposição, trabalhar para fortalecer este grupo que trabalha incansavelmente em prol da nossa sociedade, apontando os desmandos deste desgoverno, como bem disse Vossa Excelência. Acredito no seu posicionamento, no seu trabalho, sei que o Senhor não ficará do lado de um governo sem rumo, desgovernado. Vossa Excelência está convidado para compor o ciclo de oposição aqui na Assembleia Legislativa.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de rebater uma nota do Senhor Virlande da Luz, ex-Secretário de Saúde do município de Boa Vista. O Senhor Virlande denomina uma ação da Assembleia Legislativa para arrecadar alimentos para o hospital da Criança, como uma ação ilegítima, ele dá um nome à nota: “É de lascar”: a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima anuncia campanha “SOS Hospital da Criança”. Ele fala que a crise vem se alastrando ao longo dos tempos, que o Conselho Regional de Medicina tinha conhecimento, mas os Poderes públicos não tomaram posicionamento no sentido de atenuar a situação do Hospital da Criança. O Hospital da Criança pertence ao município de Boa Vista, o Estado tem um acordo de repassar um valor mensal, segundo o Secretário de Estado, está repassando para o Secretário Municipal, que disse que esse montante não é recebido pela Prefeitura ou pela Secretaria de

Saúde a qual faz a gerência desse hospital. Eu quero dizer para o Doutor Virlande da Luz que ele foi Secretário Municipal de Saúde, que tinha o dever de trabalhar para que aquele hospital funcionasse bem, para que aquelas crianças recebessem atendimento, mas não trabalhou. Portanto, a iniciativa desta Casa não é lascar, a iniciativa é louvável, os colaboradores estão imbuídos de boa vontade para encontrar uma saída, trazer donativos de alimentos para atender aquele hospital, e nós não deixamos aqui de atuar como Parlamentares, nós vamos votar projetos, propor e discutir assuntos de interesse da sociedade. Isso é apenas um trabalho de gabinete. Há três dias eu fui ao Hospital da Criança, onde presenciei o clamor daquelas pessoas, não foi nem pela administração daquele hospital, foi pelas crianças passando necessidade, e nós como poder público estadual não tínhamos como repassar recursos, nós montamos uma campanha de donativos, os Deputados vão ajudar, os colaboradores da Casa vão ajudar, os fornecedores desta Casa vão ajudar a fazer um trabalho conjunto de solidariedade. Não é um trabalho político. Eu gostaria de dizer ao Doutor Virlande que o trabalho não é de lascar, de lascar é ele como Secretário não ter resolvido os problemas, e agora fica criticando uma ação da Casa que quer ajudar aquelas crianças terem o mínimo existencial, após terem sofrido danos a sua saúde. Eu quero parabenizar o Deputado Chico Guerra, esta Casa, os colaboradores que estão trabalhando em prol do Hospital da Criança. De lascar, Doutor Virlande da Luz, é o projeto que o governo do Estado mandou para esta Casa, esse sim, em relação a esse, Vossa Excelência deveria se pronunciar nesses termos.

O Governo do Estado de Roraima enviou para esta Casa um projeto submetendo à apreciação o anexo ao projeto de lei que objetiva conceder a redução da base de cálculos no ICMS nas operações com mercadorias de bens destinados à construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão e subtransmissão de energia elétrica de alta tensão às empresas contratadas em regime de concessão pelo poder público federal, estadual e municipal para execução dentro do território do Estado de Roraima. O benefício de que trata esta lei é concedido, se comprovada, a efetiva incorporação das mercadorias e bens ao imobilizado da empresa contratada em regime de concessão para aplicação na subestação e linhas de transmissão de energia elétrica em alta tensão no Estado de Roraima.

Vejam bem, o governo do Estado quer abdicar de 90% de ICMS que o Estado de Roraima receberia, ou vai receber porque eu tenho certeza que esta Casa não vai aprovar essa lei, que empresas de grande porte, inclusive, de outros Estados da Federação que ganharam licitações milionárias e até bilionárias para trazer do Estado do Amazonas até o Estado de Roraima um linhão que vai nos incluir no sistema nacional integrado de energia, vamos passar a ter energia elétrica da hidrelétrica de Tucuruí. Esses recursos são federais não têm compartilhada do Estado. Esses recursos serão repassados à empresas bilionárias que irão fazer essa obra e já está incluso nos seus ganhos, lucros os tributos sociais e contratuais que essas empresas tem a pagar a partir do momento que ela ganha essa licitação porque faz parte de um pregão e sai vencedora. Portanto, é inadmissível um Estado que, segundo o próprio governador do Estado, os Deputados da base vivem dizendo que o Estado está quebrado que não tem arrecadação, que o funcionário público não recebe em dias por não tem recurso, que a saúde não funciona porque não tem recurso, que a segurança está acabada porque não tem recursos, que as viaturas não funcionam, que as pessoas sofrem lá nas escolas porque não têm merenda escolar de qualidade porque a empresa está com 4, 5 meses que não recebe o pagamento. Vejam bem, não tem recurso para nada, aqui tem uma nota de esclarecimento do Senhor Essen Pinheiro Filho, Conselheiro, vice presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado que fala da vergonha, em relação a um projeto de lei desse porte ser submetido à apreciação desta Casa. Ele fala que ele foi convidado pelo próprio governador do Estado junto com os membros de outros poderes para dizer que não tinha condições de repassar o duodécimo para aqueles Poderes, para que nós nesta Casa aprovássemos o uso do Fundo para que pudessem pagar os salários e ordem das despesas desses Poderes. O Conselheiro disse: como um governador nos convida para dizer que não recurso sequer para repassar o constitucional que é o duodécimo, e agora apresenta um projeto de lei no qual ele abdica de 90% do ICMS que o Estado deve ter direito a partir de uma obra feita pelo governo federal no nosso território, principalmente, sem argumento algum, fala-se como o Secretário Sérgio Pillon falou em uma reunião fechada com os Deputados que gerará emprego e renda. Quero dizer que não

sou engenheiro civil, não sou empreiteiro, desconheço obra, mas eu sei que essas empresas milionárias que vem de outros Estados instalar aqui uma linha de alta tensão requer mão de obra especializada, qualificada, essas pessoas já vêm junto com as empresas, que não vai gerar emprego e renda para o nosso Estado, não. Isso já é carta marcada, se aprovarmos esse projeto vai se legalizar pagamento de propina aqui no Estado de Roraima.

Então, esta Casa não tem como aprovar um Projeto no qual nós temos que abdicar de receita, já que o próprio Governo do Estado fala em alto e bom tom aos quatro ventos que nós estamos no momento difícil, que não temos recursos sequer para atender o duodécimo dos Poderes.

Então, é uma falta de coerência tamanha e aqui eu quero parafrasear o Deputado Xingú, é um desgoverno realmente o que está acontecendo no nosso Estado.

Concedo um aparte à Deputada Aurelina Medeiros.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros. – Só para acrescentar, o Conselheiro esqueceu de dizer que encaminhou para esta Casa um Projeto inconstitucional, do ponto de vista estadual e federal, mudando as regras da Constituição Federal e dos 25 Estados, para que o Conselho tenha autonomia para nomear os auditores. Isso daí deveria também fazer parte do rol das coisas que envergonham o Poder. Acho que o Conselheiro Essen esqueceu de dizer, se é que ele disse isso aí.

Segundo, o projeto que veio, não é sobre redução de ICMS, é de diferencial de alíquota. O ICMS é de 17%, diferencial de alíquota é 5%, mas é um projeto que já foi retirado, sou relatora dele, até porque foi encaminhado para cá, por erro também, pois é uma coisa que as empresas já tem por direito, um diferencial de alíquota, no caso de construção, que Deputado Marcelo sempre bate nisso e sabe disso. Se eles quiserem isso e já tem judicialmente requerido, é um direito das empresas daqui e de outras. Mas é um projeto que fiquei como relatora e que vai ser devolvido ao Poder Executivo. Aliás, ele está retirando o Projeto.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. – Obrigada Deputada, mas quero dizer a Vossa Excelência que, se o Conselheiro Essen Pinheiro mandou para esta casa um Projeto de Lei constitucional e se ele, sabendo, mesmo assim, ainda enviou, Vossa Excelência como Deputada de base, pode fazer crítica, use a tribuna como nós, como vamos rebater projetos no qual o Governo do Estado quer ainda mais judiar com o povo do nosso Estado.

Aparte concedido ao senhor Deputado Célio Wanderley – Brito, tenho um profundo respeito por Vossa Excelência e pela oposição como um todo, agora quando o Senhor faz essas colocações, é como apenas a oposição tivesse se posicionado, enquanto os demais Deputados da base não. Na realidade, esse projeto chegou na Casa na sexta-feira passada, foi marcada a reunião, apenas se abriu a discussão extraoficial desse projeto. O projeto não chegou sequer entrar em pauta, ou seja, foi uma discussão preliminar onde todos os Deputados praticamente se manifestaram pela não votação do projeto. E para que esses Deputados tomassem conhecimento do que efetivamente continha nesse projeto, comuniquei Vossa Excelência de que a gente teria ido junto ao Executivo, para fazer as ponderações no sentido de evitar que ele passasse pela Assembleia, tendo em vista que essa diferença de alíquota, as quais as empresas já têm direito, que elas busquem na justiça, e não nós darmos essa diferença. Então, eu já havia sido solicitado à Deputada Aurelina que retirasse o projeto de pauta. Então, Vossa Excelência vai, discute novamente na Tribuna e faz as colocações em relação aos Deputados, igual ao companheiro Xingú, quando fala da nossa Assembleia, de que somos apenas um homologador, que nós não discutimos. Companheiro, nós não fazemos outra coisa nesta Casa, a não ser discutir os problemas do Estado, nem tudo a gente tem o poder de resolver, porque o que a gente tem disponível é o que vocês estão agora fazendo: é o microfone para denunciar, para correr atrás. E eu continuo dizendo... como um dos Deputados mais antigos desta Casa, há 22 anos sou deputado, eu me orgulho de estar aqui, não tenho vergonha de ser Deputado. Na condição de Deputado esses anos todos eu tenho procurado cumprir com as minhas obrigações, se errei, errei tentando acertar pela melhoria do nosso Estado. Então, quando essas coisas acontecem a gente trata com a seriedade que merecem, e as denúncias são bem-vindas. Agora cabe a nós fazer como Vossa Excelência com relação à questão do IPERR, tentar dar um esclarecimento, tentar encontrar uma solução, é essa a posição que temos adotado para que possamos ter o respeito da sociedade, e o orgulho de estar aqui.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. – Vou responder ao Deputado Célio. Quero dizer a Vossa Excelência que eu tenho um profundo respeito e admiração por Vossa Excelência, em momento algum disse aqui, que os Deputados de base estavam para aprovar o projeto ou buscando aprovar o projeto, eu disse que o projeto veio para Casa... e que eu considero um desrespeito com os empresários abdicar esse ICMS, um desrespeito também para com o povo, uma vez que nós estamos precisando de recursos. Eu quero dizer ao senhor que, realmente, Vossa Excelência me falou que o Governo iria tirar o projeto da Casa, iria pedir de volta. Mas o povo não sabe disso, e a tribuna é um meio para dar publicidade, é o papel do Parlamentar, o povo tem que saber! Do jeito que o projeto veio! Por que vai voltar? Por que seria aprovado? Por que não seria aprovado? Enfim, o povo tem todo o direito de saber, e nós Deputados temos que usar a tribuna para noticiar esses assuntos, um dos princípios que norteiam a administração pública, é o princípio da publicidade, transparência.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Marcelo Natanael. – Eu coloquei ao Senhor Sérgio Pillon que sempre cobrei esse diferencial de alíquota, a respeito das empresas do ramo da construção civil e hotelaria, inclusive foi um dos questionamentos feitos ao procurador geral quando foi sabatinado aqui, qual era o posicionamento da PROGE a respeito disso? Por que os pequenos comerciantes, quando passam na fiscalização da SEFAZ no Jundiá, têm suas mercadorias apreendidas, e é cobrada a diferença de alíquota, e depois ainda respondem a processo. E o Procurador Tyrone até me mandou um material de uma súmula, onde consta que quando o bem é destinado para execução do serviço, realmente não deve ser cobrado, é inconstitucional, e aí estamos falando de bitributação. Mas o projeto, que foi enviado pelo Governo, coloca que uma substância que essa empresa comprar também fizesse parte. E esse direito na justiça eles não vão conseguir. Por exemplo, a aquisição de um caminhão para execução de serviço, quanto à diferença de alíquota ele pode não ser cobrado. Eu dei foi uma dica a eles, por isso que eles retiraram, e essa aberração jurídica não iria passar de maneira alguma. A retirada do projeto foi mais uma vitória do povo de Roraima. Eu tenho certeza, Deputado Brito, que na justiça eles não vão conseguir o que eles estavam pretendendo, quer dizer, saquear o bolso do povo de Roraima. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. – O projeto, motivo para minha preocupação é como disse aqui a Deputada Aurelina Medeiros, também, o Deputado Célio Wanderley, foi encaminhado por engano! Foi um erro! Não vai passar! Mas teve um parecer do Senhor Luiz Renato Maciel de Melo, Secretário Estadual da Fazenda, dizendo que seria de grande benesse para o Estado de Roraima a isenção de 90% do ICMS. Consta aqui um parecer da Procuradoria-Geral do Estado.

Consta em nome do Senhor João Roberto Araújo, coordenador da Procuradoria-Fiscal, dando anuência a esse projeto, dizendo que o Estado tinha o direito e o dever de abdicar do ICMS do Estado. Como é que é, sendo inconstitucional, mas passa de Secretaria de Estado da Fazenda, passa pela Procuradoria-Geral do Estado, e só aqui veem que é inconstitucional? Então, isso me preocupa, pois eu tenho dois Projetos da mesma natureza, um Projeto prevê a desoneração fiscal do ICMS na cesta básica, mas não é isenção que eu estou pedido, é desoneração de 17 para 7% dos produtos que compõem a cesta básica: arroz, feijão, açúcar, café e farinha. E o Governo do Estado diz que não tem recursos... mas tem como abdicar de 90% para uma empresa milionária. Então, me preocupa, é que, para desonerar o alimento que compõe a cesta básica, não é possível, quando todos os outros Estados da Federação isentam esses produtos, enquanto no nosso Estado cobram até 17%. Preocupa-me também aqui a elaboração de lei alterando o artigo 32.1 da Lei Complementar número 59, de 28/12/93, relativo à cesta básica. A criação de Lei Complementar alterando o artigo 32.1, de 28/12/93, sistema tributário Estadual, concedendo carga tributária de 12% nas operações internas de distribuição de energia elétrica para o consumo mensal acima de 100KW, ou seja, eu também solicitei ao Governo do Estado a redução de 17% para 12% o ICMS na conta de energia elétrica, não de uma empresa milionária, mas do consumidor final, daquele pobre da periferia e até mesmo dos que estão desempregados que não conseguem pagar as suas contas de energia. E no Estado de Roraima, energia elétrica não é luxo, aliás, em nenhum Estado da Federação. Esse desconto seria em torno de 5% da conta do consumidor final do povo de Roraima, mas ele quer tirar 90% de uma empresa milionária de outro Estado da Federação.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Quero abordar na mesma linha do Pronunciamento de Vossa Excelência, com relação ao tema. Parece-me que alguém, em um momento de lucidez, retirou o Projeto de isenção do ICMS.

É lamentável, nós já dissemos, quando Vossa Excelência pede para isentar o ICMS da cesta básica para a população, o Governo nega, e propõe em seguida uma isenção de quase cem milhões de reais para uma empresa contratada, que já inseriu essa despesa nos seus custos, ou seja, esses quase cem milhões de reais que deixariam de vir para os cofres do Estado iriam para os bolsos de alguém de uma forma legal, se não fosse esta Casa. E é isso que muita gente não sabe, se não fossem os Deputados a se posicionarem, esse dinheiro teria ido pelo ralo, mais de noventa milhões de reais teriam ido para os bolsos de alguém para fazer campanha. Essa é a grande verdade, esse dinheiro já está incluído nos custos. Portanto o Estado de Roraima estaria perdendo quase cem milhões de reais. Em conversa com alguns Prefeitos, sugeri que entrassem com uma ação, é que parte desses cem milhões de reais que seriam desviados eram para os Municípios do Estado, que também teriam prejuízos, ou seja, um ou dois ganhariam dinheiro, enquanto o Estado de Roraima, ou seja, a população, o sistema de saúde, educação, prédios públicos inacabados iriam continuar sem comando. E me preocupa também, quando o Governador diz que o Estado está falido, está quebrado, encaminha um projeto para cá isentando mais de cem milhões de reais. Pior ainda, eu imagino que todas as famílias aqui presentes, os Deputados...quando uma empresa está quebrada, a primeira coisa que ela faz é diminuir custos, eu não vejo o Governador se preocupar em diminuir custos, eu não vejo ele se preocupar em acabar custo para o Estado, ele quer que a Assembleia Legislativa acabe custos, que o Tribunal de Justiça reduza os custos, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, a Defensoria Pública, quer que o povo viva de oração, devido à falta de medicamento nos hospitais. Tem 5 Secretarias Extraordinárias desnecessárias, ele poderia, uma vez que ele quer que os outros órgãos acabem, ele poderia dar o exemplo: "Olhem! Eu estou cortando tantas secretarias, tantos cargos...agora cortem vocês também." Mas, enquanto todos cortam, ele engorda o dele, ele dá um mau exemplo de administração pública, um mau exemplo de homem público, um mau exemplo para a sociedade deste Estado, um exemplo que o nosso povo não deve seguir. Porém, temos uma grande esperança, vamos continuar lutando, quando se fala termina ecoando, a exemplo deste projeto, é uma grande vitória, se a gente não bate o pé naquele dia, o projeto já seria lei, e eles estariam com mais de noventa milhões nos bolsos. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. – Quando dizem que foi por engano que esse Projeto veio aqui para esta Casa, quero dizer que é o Governo do Estado que se engana quando imagina que está enganando o povo. O povo pode estar sendo massacrado mas não está enganado, o povo está se sentindo ludibriado, injustiçado mas não está se sentindo enganado, ele se engana imaginando que está enganando o nosso povo. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados aqui presentes, diferente do pronunciamento do Deputado Brito, quando ele enumera, coloca coisas ruins, eu quero apresentar o contrário, o lado bom. Há um projeto que deu certo no nosso Estado, que gera emprego, que paga impostos, já existe há 22 anos. A AMATUR, empresa de transporte, que contribui ao turismo, que traz riquezas para Roraima, hoje completa 22 anos de existência em nosso Estado, em que pese todas as dificuldades enfrentadas, brigando pelo seu espaço no mercado contra o lobby das empresas nacionais que fazem os seus lobby, como fazem as empresas de transporte aéreo. Quando uma empresa pequena regional consegue colocar no mercado de Roraima uma linha, as grandes empresas, duas empresas nacionais baixam os preços das passagens, colocam mais um voo, e assim retira a pequena empresa do mercado que estava dando oportunidade aos usuários de uma opção. E nós usuários não percebemos, e contribuimos em prestigiar as grandes que sempre têm os preços abusivos. Uma passagem aérea para Brasília chega a sete mil e quinhentos reais; uma passagem para Miami está em torno de três mil e duzentos reais ida e volta.

Portanto, parabênz os sócios da empresa AMATUR, os seus funcionários, os usuários que durante estes 22 anos participaram, junto com a empresa, do desenvolvimento. Colaboraram para que essa empresa exista, e como consequência houvesse um equilíbrio do preço da passagem no mercado que liga Boa Vista à Venezuela, à Guiana, a Manaus e ao interior do Estado.

O segundo tema é sobre a nota publicada, do Presidente do Conselho de Medicina do nosso Estado, segundo o Deputado Brito falou, ele foi Secretário de Saúde. O Secretário esquece que têm médicos. Eu não tenho, ainda, o conhecimento sobre o posicionamento firme do Conselho Regional de Medicina em relação a médicos que têm quatro, cinco, seis contratos. E quando vão atender paciente sequer

olham para o paciente para prescrever um receituário. Na prática, isto é, médicos acumularem quatro, cinco empregos, nunca vi o Conselho Regional de Medicina nunca se posicionar. Trata-se de um corporativismo exacerbado dos médicos mais antigos do nosso Estado. Vou dar um exemplo, Deputado Flamarion. O médico Mário Maciel, urologista, que opera câncer de próstata no serviço público do nosso Estado, por ser um jovem, e não pertence à faixa etária dessa equipe que manipula a saúde pública em Roraima há muitos anos, não tem data para operar, só pode operar em fevereiro, lá no Hospital Geral de Roraima. E cuida de câncer de próstata. Alta complexidade não é fimeose, como fazem outros médicos do tempo dele. Mas o Coordenador da Urologia do Hospital Geral cria toda a dificuldade para esse médico. E vejam quem são os pacientes dele. Todos, na grande maioria, são com câncer em estado avançado em próstata. Quer dizer, o médico querendo operar, enquanto essa cúpula que manda na saúde pública aqui no Estado, da qual ele não faz parte, antes de criticar a Assembleia, deveria ver como é tratado o cidadão por esses médicos antigos do nosso Estado. Esse era o segundo ponto que eu queria registrar aqui. O Conselho Regional de Medicina não tem moral para colocar na mídia uma nota criticando a Assembleia Legislativa, sem olhar para dentro de si, ver o que acontece com a saúde pública aqui em nosso Estado. Não é só criticar os equipamentos existentes, só criticar a estrutura que está aí disponível, também certos médicos que nem atender, vão. O médico de plantão que fica em casa. O Brigadeiro Ottomar era mestre em fazer visitas à noite, cobrar do médico que, embora estivesse de plantão, mas ficou em casa dormindo. Eu sei, Deputado Célio, que Vossa Excelência poderia me questionar, dizendo que mesmo de plantão o médico pode ficar em casa. Em alguns casos específicos, sim, mas na sua grande maioria, em setor de urgência e emergência, não. A obrigação dele é estar ali cumprindo seu plantão que é pago. E aí vem o Presidente do Conselho Regional de Medicina criticar um ato da Assembleia, sem olhar para si. O boicote que eles fazem contra os médicos jovens recém-formados, que se especializam, que investem na sua capacidade profissional para trabalhar na rede pública. Enfim, criam todos tipos de dificuldades, boicotam os médicos jovens para exercer a sua profissão na rede pública.

Terceiro assunto. Pouco se fala, Deputado Mecias, no que eu vou abordar aqui. Às vezes, a gente tem que ter coragem de falar. Deputado Mecias, Vossa Excelência que é procedente do interior, como também o Deputado Gabriel, Deputado Chicão, preste bem atenção. Quando prefeito de Iracema, apresentei um projeto para cultivo do limão na Vila São Raimundo, onde todo mundo era família. Vossa Excelência, que é natural do Maranhão sabe como nasceram as nossas vilas e cidades, principalmente, as do sul do Estado, não as do norte, onde o processo cultural é diferente ao do sul do Estado. Iracema, por exemplo, o município que eu administrei, é formado por 4, 5, grandes famílias. Então, esse projeto foi feito em 2001. A prestação de contas foi feita em 2003. Foi tudo aprovado, obra concluída. No final de 2006, passados dois prefeitos, posterior à minha gestão, vai a CGU fiscalizar o projeto. E a plantação de limão já tinha tido uma safra da família do Aguinaldo. Primeiro, porque eles detectaram que houve um compadrio, que eu só atendi duas famílias. Eram 32 pequenos agricultores. E é verdade que eles faziam parte de duas famílias, mas eram agricultores. Estavam trabalhando na terra. Que crime é esse, não poder viabilizar pessoas que precisavam produzir para viver daquela cultura. Não vejo crime nisso. Em 2006, eles verificaram que não houve andamento no projeto. E agora, em 2012, 9 anos depois do projeto aprovado, da prestação de contas concluída, da fiscalização feita pelo Ministério da Agricultura, dizendo que estava tudo legal. Eles colocam inadimplentes; mandam a Caixa Econômica abrir uma tomada de contas. E eu vou ter que devolver o recurso.

Então, Deputado Gabriel, eu não fui prefeito só por quatro anos, mas pelo resto da vida. Isso porque depois de 4, 8 anos, que eu não sou mais prefeito, se o projeto lá for desativado, eu tenho que devolver o recurso. A Rodoviária de Iracema funcionou durante vários anos, mas o atual prefeito a desativou para uma reforma, o recurso não foi liberado, e eu tenho que devolver, está em tomada de conta especial. Por isso, Deputado Gabriel, todos os prefeitos do Brasil são ladrões. Aí eles alegam na fiscalização que o técnico que fez, o projeto foi malfeito, que era inviável. Eu nunca vi um administrador de empresas fazer uma análise dessas, sem consultar o engenheiro agrônomo, sem consultar um técnico agrícola. E quem foi fazer essa fiscalização foi um administrador de empresas, que disse que o projeto era inviável; estava malfeito. Mas, Deputado Gabriel, a corda só arrebenta no pequeno. O projeto foi aprovado pelos técnicos da Caixa Econômica, e entre os

técnicos, havia uma engenheira agrônoma com mestrado. O projeto foi aprovado pelo Ministério da Agricultura, cuja fiscalização foi feita por um sujeito corretíssimo, com conhecimento nesse tipo de projeto que estava sendo apresentado. Quer dizer, se o projeto foi malfeito, mal analisado, a responsabilidade não é do executor, nem do gestor. Eu não sou engenheiro agrônomo. Eu não sou técnico agrícola quem eles deveriam penalizar eram os órgãos que aprovaram e liberaram os recursos. Mas a estória é feita ao contrário, os órgãos de fiscalização não entendem, os órgãos federais, na fiscalização, estão só para ferrar o gestor, não para orientar nem analisar a obra que foi feita. Está aqui o nosso colega de Goiás, Deputado Carlos Antonio, a quem saúdo em nome de todos colegas, o orgulho de tê-lo entre nós. Deputado que preside a Comissão da Criança e Adolescente da Assembleia Legislativa de Goiás, Presidente da Frente Nacional Legislativa da Criança e Adolescente. Meu caro colega Deputado, estou colocando aqui o tratamento que a CGU dispensa aos nossos Prefeitos dos Municípios e interior dos nossos Estados. Deputado Carlos, eu nunca vi um governador, nunca vi o Prefeito de Capital ser penalizado, mas os Prefeitos do interior! Estes pagam porque têm que mostrar serviço. Pelo convênio com o MEC, adquirir duas combis para Transporte escolar. O prefeito que me sucedeu era oposição e negou os documentos necessários para prestação de contas, e acabei sendo condenado pelo TCU. Então, como o prefeito foi caçado pela justiça, passei a ter acesso, recorri ao Tribunal de Contas da União sobre aquela decisão e ganhei por unanimidade. Quando eu fui penalizado, o TCU informou a todos os órgãos fiscalizadores sobre a situação, no entanto, quando fui absolvido, eles nada informaram, eles informaram ao Ministério Federal que entrou com inquérito contra mim. Eles comunicaram à polícia federal que abriu o inquérito policial. Resultado, tem dois processos na justiça andando para uma coisa só, cuja decisão o TCU já aprovou, reconheceu a veracidade da documentação e aprovou por unanimidade, mas o nome dos gestores são expostos nas redes sociais, são expostos como improbidade administrativa, como desvio de recursos. E nesses órgãos, nós não temos a quem reclamar. No nosso Estado não temos uma ouvidoria, onde possamos reclamar, no Ministério Público Federal, eu entrei no CIAF, meu nobre Deputado, para saber dos 5.563 Prefeitos do Brasil, quantos fizeram convênio com o governo Federal, todos têm algum tipo de problema com as fiscalizações, não há razoabilidade, não há entendimento, não há entrosamento entre um órgão de fiscalização e um outro, quando um fiscaliza de um jeito, o outro fiscaliza de outro. Os órgãos foram criados para orientar, colaborar, coibir a corrupção e eu não estou falando de desvio de recursos, os limões estão lá plantados, não estou falando de malversação do recurso público, estou falando de um projeto, aprovado com prestações de contas concluídas. Vai um administrador de empresa, em detrimento de relatórios de pessoas da área, da produção agrícola, engenheiro agrônomo, técnico agrícola, engenheiro do Ministério da Agricultura, engenheiro da Caixa Econômica, mas nada disso vale, quer dizer, depois de nove anos, é preciso ir para uma tomada de contas, especial! Seu nome vai ser exposto, nem documento existe mais de um processo desses, o projeto é de 2001, a fiscalização foi feita em 2006, o aterro sanitário feito em 98, que eles vão fiscalizar em 2003, quando as normas ambientais já mudaram todas. Então, o que era aterro naquela época, de acordo com as novas normas, hoje não é mais aterro. E aí a pessoa é penalizada. Isso é um absurdo. É uma questão que deve ser revista no nosso País. O Congresso Nacional tem que ter coragem, pois, eles jogam isso para a mídia, e a imprensa brasileira, lógico, divulga e acha que todo prefeito e todo gestor público é ladrão, que todo gestor fez improbidade administrativa. E a gente tem que ter coragem de dizer essas coisas publicamente, que é preciso fazer uma revisão nesta forma de fiscalização, que sequer vê a razoabilidade dos projetos que são apresentados no interior do nosso País. Não tem um projeto perfeito, ora, quando você diz que o projeto foi mal feito, que o projeto está imperfeito, mas os órgãos federais já haviam aprovado o projeto. Então, que penalizem quem o aprovou, e não penalizar o pequeno. Acontece muitas das vezes, que um gestor do interior do Estado sequer tem curso superior, mesmo que tenha o curso superior não vai entender de tudo. Um economista não sabe do agronegócio, um administrador de empresa, também, não, só a CGU sabe que aquela terra não era propícia para o plantio de limão, do outro lado tem uma produção de limão com mais de quatro hectares que exporta limão para Manaus, do lado daqui não dá. Quer dizer, muitas dessas coisas que acontecem nessas fiscalizações, que penalizam os gestores, podiam ser evitadas. Quanto custa isso para País, isso vai terminar na justiça federal, vamos ter que provar que não houve desvios de recursos, que não houve improbidade administrativa, mas, poucos têm coragem de colocar a público. Eu sou um desses poucos, porque não cometi desvios

de recursos na minha vida, já exerci vários cargos em Roraima, fui Superintendente do INCRA, fui Presidente da CODESAIMA, fui Diretor Operacional, fui Secretário do Trabalho, Fui Prefeito de Mucajaí, Secretário da Promoção Social, vários cargos exercidos na minha vida, nunca tive um processo. Mas, agora, como Prefeito de Iracema, praticamente quando entro na minha melhor idade, tenho que passar por certos constrangimentos que a história está me pregando, feito por garotos que saíram da escola ontem e não têm conhecimento da realidade do nosso Estado. Os concursados que vêm para o nosso Estado, geralmente são os últimos classificados no concurso, para denegrir a história e a vida das pessoas. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado (Chicão da Silveira) – Gostaria chamar os Deputados que se encontram em seus gabinetes, que se dirijam ao Plenário, pois, temos várias matérias na pauta do dia de hoje.

Agora, franquearemos a palavra ao Presidente da Frente Nacional Legislativa em Defesa da Criança e do Adolescente, senhor Carlos Antônio de Souza Costa, do Partido Social Cristão do Estado de Goiás, cuja presença nos honra, seja sempre bem vindo ao nosso Estado.

O Senhor Deputado Carlos Antônio – Bom dia a todos os Deputados presentes, cumprimento de maneira muito especial o Senhor Deputado Chicão da Silveira, 3º Vice-Presidente, neste momento, presidindo os trabalhos desta sessão. Cumprimento com prazer à Deputada Ângela Portella que me fez o convite para vir ao Estado, pois, amanhã iremos participar de um encontro importante dos Conselheiros Tutelares do Estado de Goiás. Deputada Ângela, estou maravilhado com a recepção, com o carinho, atenção de todos neste Estado, me sinto bastante honrado em poder ter atendido o convite de Vossa Excelência. Tive o cuidado de perguntar se aqui é como ocorre em Goiás, onde a tribuna da esquerda da presidência é ocupada pela situação, e a da direita é da oposição. Fiz questão de perguntar para saber em qual das duas iria me situar, neste momento, lembrando que em Goiás, eu faço parte da base de apoio ao Governador Marconi Pirilo. Transmito com muito carinho o abraço de todos os Deputados, dos demais 40 Deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, do nosso Presidente Jardel Seba, que tão bem conduz aquela Casa. Quando disse a ele que viria para cá, me recomendou que transmitisse o abraço, pois, ele já esteve aqui acompanhando outros Deputados. O Deputado José de Lima que é meu colega da cidade de Anápolis, também, mandou abraços, pois, conhece alguns Deputados desta Casa. Então, realmente, me sinto neste momento bem à vontade em estar aqui. Há pouco falava para os jornalistas que estão fazendo um breve curso no Plenarinho, que, infelizmente, nós, os políticos, estamos vivendo um momento muito delicado, a gente está pisando em ovos, nas nossas ações, atitudes e posicionamentos. Realmente, é momento da gente redobrar essa vigilância para que a política não vá por um caminho, se é que é possível, para o pior. Aconselhei os jornalistas do curso, souber identificar, separar o bom político do péssimo. Infelizmente, hoje se observa que tudo está sendo colocado no mesmo balde. Sei e observei aqui pelos pronunciamentos de muitos Deputados, o comprometimento que hoje existe no parlamentar, existem políticos extremamente vigilantes nas ações do governo, existem políticos que apoiam o governo, têm direcionado seu ato de governar para a sociedade, enquanto nós precisamos saber diferenciar posições. E vivemos, em nível de País, a necessidade de uma atenção redobrada em relação à Criança e ao Adolescente. Vejo na pessoa da Deputada Ângela Portella uma defensora desta causa, e por isso estou aqui. É louvável a atitude como a da senhora, preocupada com a situação da criança, do adolescente e família. Esta atitude faz com que a política ainda tenha fundamento para existir. Então, parabéns à senhora, aos demais Deputados, lá em Goiás estamos também à disposição dos senhores, caso, em algum momento, entenderem que podemos contribuir através daquilo que temos como experiência no estado de Goiás. Portanto, nos colocamos à inteira disposição, ninguém ama aquilo que não conhece, quero dizer que estou aqui para conhecer o Estado de Roraima, conhecer Boa Vista, para conhecê-los, e a partir daí termos uma longa e duradoura amizade. Muito obrigado, bom-dia a todos.

O Senhor Presidente Deputado (Chicão da Silveira) – Passaremos agora para a Ordem do Dia. Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 100/2011, que “Institui a taxa de serviços administrativos-TSA no âmbito da Federação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos FEMARH, em apenso, Projeto de Lei nº 090/11”, de autoria Governamental; Projeto de lei nº 043/12 que “Dispõe sobre a produção, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, o destino final dos resíduos e embalagens vazias, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, no Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria governamental; Projeto de Lei nº 048/12, que “Altera a lei nº 837, de 17 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Plano

Plurianual – PPA, para o quadriênio 2012-2015”, todos de autoria governamental e do Projeto de Lei nº 049/12, que “Cria os cargos de cirurgião-dentista em suas diversas especialidades, e dá outras providências, de autoria governamental. Solicito ao Senhor primeiro Secretário que proceda à leitura da Resolução nº 024/12, que cria a Comissão Especial Interna para analisar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 005/12.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Naldo da Loteria) – Lida a Resolução.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede uma questão de Ordem – Senhor Presidente, na sessão passada, apresentamos um requerimento para convocar a sua Excelência o Senhor Governador José de Anchieta para, nesta Casa, se pronunciar sobre a situação financeira do Estado, que não foi lido por não haver quorum para deliberar o requerimento. Ficou acordado que ele seria colocado em votação na próxima sessão. A como não houve sessão, devido ao falecimento da mãe do nosso amigo Deputado Joaquim Ruiz. E, ontem, também não foi votado, devido à realização da audiência pública para discutir a problemática da telefonia móvel do estado. Esperávamos que seria votado hoje, mas, estranhei, a não inclusão do requerimento na Ordem do Dia. Então, peço a Vossa Excelência, em nome dos oito Deputados, que assinaram, para que esse requerimento seja submetido à votação na presente sessão ou, no máximo, na terça-feira esteja na ordem do dia. Não tem porque engavetar esse requerimento. Se a base governista achar que não deve convocar, que vote contra, não vamos aceitar regimentalmente que esse requerimento assinado seja engavetado, e não seja colocado em votação. Então, requeiro, em nome da liderança da oposição, que tal requerimento seja colocado na ordem do dia, hoje, ou, no máximo, na ordem do dia da sessão da próxima terça-feira vem.

O Senhor Presidente Deputado (Chicão da Silveira) – Deputado Sampaio, o requerimento questionado por Vossa Excelência, encontra-se na CCJ, talvez a CCJ, que estará se reunindo daqui a pouco, vá apreciá-lo. Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer as matérias da Ordem do Dia.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede uma questão de ordem – Senhor Presidente, nós temos apenas um projeto que já passou nas Comissões e que está apto para votação é o do PPA, então, acho que suspender a sessão para a gente analisar, sendo que não são projetos em regime de urgência, e que tem suas comissões legítimas para dar parecer, não vale a pena, por isso, peço a Mesa, até em consideração às Comissões, que deixe esses projetos tramitarem dentro da sua normalidade, não sendo atropelados, até por que não há necessidade desses projetos serem analisados por Comissão Conjunta. Peço a Vossa Excelência que apenas coloque na ordem do dia apenas os projetos que estiverem aptos para votação, os demais, a Mesa cobra das Comissões o parecer desses demais projetos.

Após, o tempo estipulado, o Senhor Presidente reabriu a Sessão informando aos Senhores Deputados que por falta de quorum na Comissão, a pauta da ordem do dia foi transferida para a próxima Sessão.

Passaremos agora para o expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, em breve reunião com a bancada de oposição, chegamos ao entendimento, que só votaremos qualquer projeto nesta Casa, depois que o requerimento de convocação do Senhor Governador José de Anchieta, assinado por oito Deputados da oposição entre na pauta da Ordem do Dia para votação. Não entendemos por que esse Requerimento não esteja na ordem do dia da próxima semana, esse é o posicionamento da oposição, queremos que ele seja incluído na ordem do dia de terça-feira, regimentalmente como nos ampara a convocação do governador, se a base governista entende que ele não deva vir, que vote contra, mas, não podemos nos omitir e não votar uma matéria assinada por oito Deputados.

O Senhor Presidente Deputado (Chicão da Silveira) – Deputado Sampaio, a abstenção e obstrução na votação é um direito de Vossas Excelências, mas a matéria, se estiver em pauta na ordem do dia, será votada, se aprovada ou não, é uma questão de cada Deputado.

E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 03, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela A. Portela, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Jalsner Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 04/12/2012



PROCON

ASSEMBLEIA



**A Voz do
Consumidor**

proconassembleia@al.rr.gov.br
Fone:(95) 4009-5614